



spi

INFORMAÇÃO

1982
2006

Ser professor: os tempos estão difíceis, mas...

Em «Professores, para quê? Mudanças e desafios na profissão docente» (Profedições, Coleção Andarilho, 2006), António Teodoro oferece-nos uma reflexão tão necessária quanto pertinente sobre os desafios que os professores terão que enfrentar num tempo em que o modelo de educação escolar se encontra esgotado e se torna necessário construir um outro modelo de Escola, “que responda a uma outra organização social”.

Logo, segundo Teodoro, o problema nuclear não é discutir se a Escola pode ser outra coisa, mas como é que o poderá vir a ser, e como é que esse projecto poderá, por sua vez, afectar a configuração da profissão docente.

Situando a sua reflexão no contexto da realidade portuguesa, Teodoro confronta-nos com os problemas estruturais da Escola portuguesa, com os desafios subsequentes à revolução de 74 e, particularmente, com o impacto desses problemas e desses desafios no percurso que, depois desse momento histórico, os professores portugueses tiveram que fazer para se afirmarem e serem reconhecidos como profissionais da educação.

Um percurso que, hoje, os coloca perante um conjunto de dilemas em larga medida articulados com o que o autor considera ser a progressiva substituição do Estado-educador pelo Estado-regulador, em função da qual nos encontramos a assistir à “luta pela fabricação da alma dos



Ana Alvim

professores”, num tempo em que a hegemonia do discurso que se constrói em torno da performatividade, da prestação de contas e da competitividade parece não admitir alternativas.

Como nos recorda António Teodoro, “os tempos estão difíceis e são de risco para os professores”, o que não significa que estejamos irremediavelmente condenados a uma posição de subalternidade no âmbito da agenda educativa que, actualmente, prefigura o tempo das decisões políticas e das discussões públicas em torno das escolas e da sua reconfiguração.

Também por isso, este livro constitui um contributo incontornável para que tal propósito se possa cumprir. ▶



Na origem deste livro está um texto escrito, essencialmente, entre 2000 e 2001, e nunca publicado no seu conjunto. A sucessão de acontecimentos tendo os professores como centro, verificados no final do ano lectivo 2005-2006, levaram António Teodoro a recuperar o original e a torná-lo público, num contributo para o debate sobre os desafios que se colocam à profissão docente, neste tempo em que a revisão do Estatuto da Carreira Docente marca a agenda de professores, sindicalistas e decisores políticos.

Ariana Cosme, FPCE-UP
(directora do SPN)

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Adriano Rangel

Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.



ABEL MACEDO
Coordenador do SPN

Faz-se caminho ao andar

Aquilo que sempre se soube ser intenção primeira do Ministério da Educação e do Governo confirmou-se na íntegra – fechar unilateralmente as negociações em torno do Estatuto de Carreira da Educação de Infância e dos Ensinos Básico e Secundário sem abdicar, um pouco sequer, dos princípios que apresentou de início.

A ministra teve mesmo a ousadia de convocar uma conferência de imprensa, para dia feriado, e anunciar as grandes diferenças existentes entre a primeira e última versões das suas propostas, com a incorporação de muitas alterações sugeridas pelos sindicatos, escamoteando, assim, a sua gritante intransigência perante o que de relevo se confrontou neste processo, e tentando fazer passar por negocial aquilo que não foi mais do que uma mera simulação de negociações – em grande medida, uma verdadeira farsa negocial.

A resposta que teve dos sindicatos foi inequívoca – as 14 organizações que compõem a Plataforma Sindical deram-lhe um rotundo e inédito “não”, mantendo a unidade que souberam construir em torno das questões principais, que sustentou as grandes lutas já travadas e que sustentará aquelas que ainda iremos travar.

Mas se Maria de Lurdes Rodrigues pensava que ia ficar de mãos livres para dar corpo a tão nefasto projecto, pode desiludir-se, porque, como diz o povo, *a procissão ainda vai no adro*.

A primeira medida que a Plataforma Sindical tomou foi a exigência de

uma negociação suplementar, desta vez com a presença da ministra, como obriga a Lei.

Terá que se confrontar, ainda, com a firmeza daqueles que representam os professores e não se deixam comprar, como tentou desesperadamente fazer durante o decurso deste processo.

Terá que se confrontar com aqueles que retratam a inabalável determinação de uma classe profissional que sabe que está a ser posta em causa, que percebe que as propostas do ME não visam mais do que domesticá-los, cercar-lhes a sua autonomia, impedi-los de desenvolver uma verdadeira carreira, tratá-los como simples números (tão baixos quanto possível) constantes de uma simples rubrica de qualquer Orçamento de Estado.

Um amplo NÃO a estes designios continua a ser ouvido em todas as escolas portuguesas, e soará com mais força no futuro próximo, dando corpo às lutas que não deixarão de se desenvolver.

Para além do período de negociação suplementar agora exigido, também no campo jurídico continuaremos a luta, demonstrando que vários contornos deste projecto assumem ilegalidades formais e mesmo inconstitucionalidades.

Não pensem os governantes que o seu estatuto veio para ficar, ou que se vai afirmar como uma realidade inexpugnável. Terão que aprender, à

sua custa, que em democracia não há poderes absolutos e que o exercício do poder é muito mais transitório do que às vezes parece.

A luta dos professores prosseguirá enquanto este ataque à profissão tiver dimensão, qualquer que seja.

Chegará o dia em que os insultos ao brio profissional dos educadores e professores (o nosso primeiro-ministro acha mesmo que somos “madracos”) se voltarão contra aqueles que os proferem. Chegará o dia em que os educadores e professores serão olhados por todos como artesãos do futuro, como agentes determinantes do desenvolvimento e do progresso social.

Chegará o dia em que, em Portugal, como acontece agora na vizinha Andaluzia, será o próprio governo a avançar com uma campanha de dignificação da imagem dos professores – que ali adoptou o lema *Gracias profesorado, sin vosotros non seria posible*, reconhecendo o trabalho que, em cada dia, os educadores realizam os professores nas suas escolas. Tão perto e tão longe...

Estaremos mesmo a falar de dois governos socialistas? ▀

A luta ainda agora começou

Quando esta revista chegar aos sócios, tudo indica que o Ministério da Educação (ME) terá decretado o encerramento do processo negocial da reunião do Estatuto da Carreira Docente (ECD). O que não significará o fim da luta dos educadores e professores, cujo capítulo seguinte é o Plenário Nacional, seguido de cordão humano, no dia 17 de Novembro, em Lisboa.



Adriano Rangel

Os professores demonstraram de forma clara, ao longo deste processo, que recusam o Estatuto do ME, porque o consideram um instrumento de desvalorização da sua profissão, através da retirada de direitos, do agravamento do regime e das condições de trabalho, da degradação salarial e da própria descaracterização e abastardamento da função docente.

De forma crescente, os docentes foram afirmando esse sentido de rejeição, contra tudo e contra todos.

Contra os que, a começar pelo ME, fizeram passar na opinião pública uma imagem negativa dos professores, acusando-os de pouco empenhamento e insensibilidade face aos problemas e ao sucesso educativo dos seus alunos.

Contra os que os tentaram isolar dos seus sindicatos, procurando passar a ideia de que estes não assumiam, de facto, a defesa dos seus interesses.

Contra os que procuraram e ainda procuram transformar os docentes em meros funcionários, acríticos, cumpridores reverentes de orientações superiores inquestionáveis.

Contra os que, a pretexto de instituições de lógicas de reconhecimento e recompensa do mérito, mais não pretendem do que criar, com intuítos economicistas, mecanismos administrativos de bloqueamento da progressão na carreira.

Contra os que, durante o processo negocial, faltaram à verdade e procuraram impor métodos de condicionamento e mesmo de chantagem.

Acção em crescendo

Mas a luta dos docentes tem sido muito mais do que um mero posicionamento de oposição sistemática e cega à introdução de mudanças necessárias em vários aspectos da sua carreira. Ficou claro, nas várias propostas apresentadas ao longo da negociação, que havia abertura para considerar a possibilidade de alterações na carreira, na avaliação do desempenho, na organização dos horários e noutros aspectos essenciais da carreira; mas ficou igualmente claro que foi o ME que demonstrou uma enorme inflexibilidade nas suas posições e, mesmo em várias situações, uma postura de ameaça e tentativa de condicionamento da acção dos sindicatos.



Adriano Rangel

Ao longo destes meses, a acção dos professores foi crescendo, desde a grande marcha de 5 de Outubro, em que participaram 25 mil docentes, até à greve nacional de 17 e 18, que teve enorme dimensão, com cerca de 80% de adesão e com consequências no encerramento de centenas de escolas e jardins-de-infância.

Entretanto, e no caso de o ME persistir em levar por diante o “seu” ECD, o encerramento do processo negocial não significará o encerramento da luta dos educadores e professores.

Negociação suplementar

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e as restantes 13 organizações da plataforma sindical docente irão desenvolver um plano de acções de contestação à forma e ao conteúdo da negociação do estatuto, destacando-se, neste contexto, o pedido de

negociação suplementar e a realização de reuniões com órgãos de soberania, nomeadamente com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República.

Como grande iniciativa para este período pós-negociação, destaca-se o grande Plenário Nacional de 17 de Novembro, em Lisboa, a que se seguirá a realização de um cordão humano a isolar o ME, e na sequência do qual se fará entrega das assinaturas do abaixo-assinado “*Não à chantagem, sim à negociação!*”.

A dimensão do ataque à profissão docente subjacente aos projectos do ME para rever a carreira docente e o seu estatuto exige que continuemos a demonstrar firmeza na exigência de que esse ataque cesse e se (re)inicie um ciclo pautado pelo respeito e pela valorização da profissão docente.

Por isso, bem pode o ME pretender encerrar este capítulo, que, para os professores e as suas organizações sindicais, a luta, em certo sentido, ainda agora começou. ▶

Os dados da DREN e a opinião do SPN

Com este título, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) enviou uma nota à comunicação social em que desmontava os números publicitados pela Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) relativos à adesão dos professores à greve dos dias 17 e 18 de Outubro.

Logo no primeiro dia da greve, a Direcção do SPN contactou, em todo o Norte, com os órgãos de gestão das escolas, no sentido de apurar os dados relativos à adesão dos professores, naturalmente em função dos que deviam estar ao serviço, em cada turno de trabalho. Este é o procedimento correcto, que corresponde à prática desde sempre seguida quando se procura conferir o número real de docentes que aderiu à greve e que, mesmo no contexto actual em que o

Ministério da Educação (ME) procura diminuir o sentido real da contestação à sua política, foi igualmente seguido noutras direcções regionais como, por exemplo, na DREC.

Os dados recolhidos pelo SPN confirmaram que a greve teve, logo no primeiro dia, uma enorme adesão em todos os sectores de ensino, com particular realce para os professores do topo da carreira, que, apesar de no plano relativo serem dos menos prejudicados com a proposta do ME, foram dos mais activos na dinamização e mobilização para a greve, afirmando, de forma clara, que, acima de tudo, nesta luta, esteve e está em causa a dignidade da profissão.

Os dados recolhidos pelo SPN – sublinhe-se, mais uma vez, junto dos órgãos de gestão das escolas – apontaram para uma adesão na ordem dos 80% no conjunto dos dois dias. Por isso, é espantoso que, ao fim da manhã do primeiro dia, a DREN tenha vindo a público anunciar valores de adesão na ordem de pouco mais de 30%, tomando como referência o universo de cerca de 42.000 professores (num total de 50.000) da Região Norte.

DREN manipulou dados

Como é evidente, a meio da manhã do 1º dia não poderia haver um número tão elevado de professores e educadores com serviço lectivo distribuído.

Estes números só se justificam pelo facto de as grelhas de recolha de dados enviadas pelos centros de Área Educativa para as escolas da área da DREN, em vez de medirem os níveis de adesão em função dos professores que deviam estar ao serviço, faziam-no em função do número total de professores da escola ou agrupamento. Criou-se, assim, uma grosseira distorção que pretendeu falsear a percepção pública da real adesão à greve. Objectivo não conseguido, já que ficou claro para todo o país que, nos dias 17 e 18 de Outubro, a grande maioria dos professores fez greve, largos milhares de alunos não tiveram aulas e centenas de escolas estiveram encerradas.

Na referida nota à comunicação social, o SPN considerou que, objectivamente, o procedimento da DREN se traduziu na manipulação dos dados reais de adesão à greve, tanto mais inaceitável quanto contrastou com a postura de outras direcções regionais. ▶



Carlos Mangas



O importante é a continuidade pedagógica

Preocupada com a confusão instalada nas escolas, decorrente da implementação das actividades de enriquecimento curricular (AEC), a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reuniu a coordenação nacional do 1º Ciclo para analisar as diferentes situações que tal implementação veio originar. Da análise de diversos horários escolares apresentados, recolhidos em escolas de diversas zonas do país, resultou a tipificação em cinco grupos de questões.

1. Em várias escolas, as actividades lectivas são interrompidas em vários momentos do dia pelas AEC, não estando, desta forma, garantida a continuidade das actividades lectivas.
2. Em vários agrupamentos, com o argumento do cumprimento do despacho do secretário de Estado, o horário foi elaborado com a respectiva marcação dos tempos respeitantes às áreas curriculares, nomeadamente a Língua Portuguesa, a Matemática e o Estudo do Meio.
3. Casos há em que, incompreensivelmente, não são marcados os intervalos dos alunos, aumentando desta forma, a sua carga lectiva.
4. Um outro grupo de questões relaciona-se com a diferenciação na distribuição horária das actividades lectivas por dia. Isto é, num determinado dia, as crianças têm mais de cinco horas diárias de actividades lectivas, e noutros têm menos.
5. Embora não decorrente directamente do horário dos alunos, verifica-se que quando as AEC se realizam fora do espaço escolar, os professores, não raramente, são convocados a fazer o acompanhamento dos alunos, assim como se lhes pede que ocupem as crianças nas faltas dos monitores.

Relativamente aos monitores das AEC, constatou-se que, em inúmeras autarquias, estes recebem pouco mais de seis ou sete euros/hora, muito longe dos 15 anunciados pelo ministério, o que é uma manifesta exploração de mão-de-obra qualificada, uma vez que, recorde-se, a maioria destes monitores são professores profissionalizados. Por outro lado, não é considerado o tempo de preparação destas actividades.

SPN reuniu com a DREN

Perante este cenário, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) solicitou uma reunião à Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), na qual, entre outras matérias, foram denunciadas estas situações, nomeadamente as decorrentes da elaboração dos horários.

A representação sindical foi recebida pelo director-adjunto, que, reconhecendo a gravidade das mesmas, manifestou a disponibilidade para a sua resolução, deixando claro que, a existir nesta área geográfica qualquer uma das questões tipificadas, devem os professores dela dar conhecimento à DREN, para que esta possa agir em conformidade e repor a legalidade.

A ênfase foi colocada especialmente na questão da descontinuidade pedagógica, que, segundo o próprio, seria a única situação a existir na área do Norte. Segundo este responsável, a DREN tem como princípio a ideia de que as AEC deverão acontecer após o horário lectivo. Reconhecendo que, no entanto, em determinados concelhos, tal não seja possível, admite que as AEC sejam remetidas para o início do mesmo horário – o importante para a DREN, frisou, é a continuidade das actividades lectivas, pelo que não é admissível outra solução.

Finalmente, no que toca aos monitores, reconhecendo que esta não é uma questão de decisão exclusiva da direcção regional, sempre foi afirmando que a mesma está atenta e, inclusive, já está a desenvolver esforços junto das autarquias. ▀

Ana Alvim



Rankings: a lenta sedimentação de uma prática?

Longe do alarido do “dia histórico” de Agosto de 2001, em que todos os eventuais clientes das escolas tiveram acesso ao conhecimento que até aí era de muito poucos (leia-se Ministério da Educação), os meios de comunicação social, uns mais do que outros, publicaram neste mês de Outubro a sua seriação de escolas secundárias, que quiseram fazer notícia (leia-se também, vender notícia). Mas onde está a novidade, a inovação da reportagem ou mesmo dos eventuais resultados?

A elaboração de listagens de escolas secundárias originadas a partir de fórmulas e critérios de ordenação que têm como base um só indicador – os resultados dos alunos em exames nacionais de 12º ano –, além de redutora e singular (cada estudo produz uma listagem), terá vindo a contribuir para o contentamento de todos os que clamaram e que reclamam a avaliação dos serviços públicos?



Ana Alvim

Reactivar a discussão em torno do privado (tido por bom) e do público (tido, quase todo, por mau), das assimetrias litoral/interior e centros/periferias e a procura da escola que tenha conseguido “fugir” da lógica instalada, reforça a prática de pensar a avaliação das escolas centrada numa única dimensão.

Como pode a sociedade “sufocar de funções” estas organizações, e depois pedir contas, avaliar, com o olhar apenas focado numa única dimensão – o conhecimento meramente académico –, num só momento (exames nacionais) e num só grupo de actores (os alunos de 12ºano)?

Em que lógica de mercado se pode inscrever esta prática, quando a instituição que oferece este serviço (no público) não pode escolher as suas ofertas de formação nem seleccionar os candidatos que propõe às provas?

E em que sociedade se pode defender a continuação da publicação destas listagens, quando as escolas (e os cidadãos, assim informados) continuam sem se poder verdadeiramente interrogar sobre as suas finalidades, o seu funcionamento e as suas práticas e tomar opções?

Longe das acesas discussões em torno deste tema, em que opiniões “pró e contra” surgiam em todas as colunas de jornais e revistas – sim, houve tempos em que as colunas de opinião não eram “pagas”, eram isentas e quem participava não queria fazer opinião mas apenas deixar a sua... –, os *rankings* são hoje suplementos que se compilam para servir (talvez) de análise para a história da Política Educativa em Portugal.

Das “águas agitadas” na saída dos primeiros *rankings* passámos à inevitabilidade de os termos de conhecer em cada ano que passa... ▶

Anabela Sousa,
Área Sindical do Porto

Concursos 2006/2007: Acção Administrativa Especial

No cumprimento do compromisso assumido com os professores opositores ao concurso para o ano lectivo 2006/2007, deu entrada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, no passado dia 2 de Outubro, uma Acção Administrativa Especial interposta pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e pelos seus sindicatos do Continente.

A acção resulta da não recuperação de cerca de 1.500 vagas de quadros de escola e de zona pedagógica, situação que lesou muitos professores, tanto na possibilidade de mudança de quadro como na de vinculação. Não tendo o Ministério da Educação assumido os seus erros, agora serão os tribunais a decidir. ▶

As criaturas da terra jamais esquecerão os dias em que a Água Salgada lhes invadiu o território.

O Grande Deus das Águas tinha-a tornado salgada, mas, apesar do castigo, ela continuava impertinente. E por isso os Grãos de Areia continuaram atentos.

Houve um dia em que o Grande Deus não acordou, e a Água Salgada voltou a invadir a areia de todas as praias. A desilusão tomou conta dos Grãos de Areia, que se aprestavam a conjugar o verbo desistir.

Foi então que um grupo de Grãos mais jovens disse aos outros: “se formos só um punhado, aqui e ali, pouco ou nada valeremos, mas, se nos unirmos todos, teremos força bastante para deter a invasão da Água e do seu exército de ondas”. E assim foi!

Os Grãos de Areia, ínfimos, se comparados com a grandeza assustadora das ondas, formavam, se unidos, uma muralha intransponível. E, derrota atrás de derrota, a Água Salgada, com o seu mau feitio, perdeu as ilusões de transformar a Terra em coisa sua.

A metáfora brilhante de José Jorge Letria tem expressão real nas investidas que a Água Salgada e as ondas da 5 de Outubro têm feito contra todas as praias deste país.

E só há uma maneira de resistir – manter a união e a organização. Todas as dunas

João Paulo Silva,

EB2,3 de Argoncilhe

(direcção do SPN)



João Paulo Silva

Unidos contra a teimosia da Água Salgada

que conseguirmos erigir não serão de mais para resistir às vagas de turbulência e insolência que a Água Salgada e as suas ondas teimam em lançar.

A primeira vaga veio sob a forma de campanha de marketing negativo na Comunicação Social – todos os Grãos de Areia são amarelos, pequenos e malandros, porque se limitam a esperar que os raios de sol os aqueçam.

Depois, chegaram às praias algumas ondas de espuma – as substituições e as alterações na componente não lectiva.

Tudo isto, num ensaio das criaturas do Mar, agora orientadas pelo Deus Sócrates, para avançar com a maior vaga de marés vivas da história da terra: o estatuto da carreira docente.

É verdade que nem todos os Grãos de Areia estiveram despertos desde a primeira hora, mas nunca, como hoje, se pôde observar tremenda união, visível na imensa duna de Liberdade que cresceu do Marquês ao Rossio.

Foi uma demonstração de força que cresceu ainda mais na greve dos dias 17 e 18. E, um pouco por todo o país, temos assistido a múltiplas formas de organização e manifestação de força e de resistência activa à Água Salgada que teima em invadir a nossa dignidade.

Numa praia pequena e afastada dos ecrãs das televisões, um grupo – primeiro pequeno, mais tarde grande, enorme – juntou-se para reflectir e, agindo como um corpo único, singularizou a acção manifestando publicamente a sua adesão à greve de 17 e 18 de Outubro.

Em greve e à porta da escola, vivemos um momento único que transformou a acção de alguns Grãos de Areia numa imensa Duna de vontade e coragem que será intransponível.

É assim, fortes e unidos, que vamos continuar, com todos os Grãos de Areia das outras praias do país, pelos alunos e pela nossa escola, a lutar contra a teimosia e a ignorância da Água Salgada, das suas ondas e do novo Rei dos Mares. ■

24 anos com a força e a vontade dos professores do Norte

17 de Novembro de 1982. O nervosismo da comissão eleita em 15 de Outubro para constituir um Sindicato que correspondesse à força e à vontade dos Professores do Norte era evidente, e aumentava à medida que o tempo passava. Primeiro, para saber que tudo estava organizado de modo a que todos os professores que o desejassem pudessem votar; depois, para ver se o número de votantes seria suficiente para legalmente constituir o Sindicato. Porque não tínhamos organização no terreno, havíamos previsto dois dias de votação, de modo a dar a possibilidade a todos os professores que o pretendessem de manifestarem a sua vontade.



Arquivo SPN

No final do dia, houve uma primeira descompressão – já tinham votado mais de 2.000 professores, mínimo legal para que o Sindicato pudesse ser constituído. Faltava saber se a maioria tinha votado “sim” à proposta de constituir um sindicato.

18 de Novembro de 1982. As notícias que nos chegavam eram animadoras. Ao longo do dia, a votação continuava e a expectativa era já elevada. No final, o resultado não enganava – 5.000 professores tinham votado no acto constitutivo do SPN. Algumas horas mais tarde explodiu a alegria – mais de 90% tinham dito “sim”!

Estava constituído o SPN, que nascia pela Força e a Vontade dos Professores do Norte.

Precisávamos agora de muito trabalho. 2.500 professores sindicalizaram-se no acto constitutivo do sindicato, mas era necessário alargar de imediato esta força e, para além disso, tínhamos de nos afirmar como uma alternativa sindical à paralisia que então existia.

Recordo a ingenuidade dos nossos primeiros comunicados; recordo o fascínio da discussão sindical nas reuniões de direcção; mas recordo, sobretudo, a generosidade, a dedicação, o trabalho sem limites de todos quantos acreditavam neste projecto. E, por isso, ninguém ficou admirado que, ao fim de seis meses, quando realizámos as primeiras eleições para a Direcção, em Maio de 1983, os cadernos sindicais registassem já mais de 5.000 sindicalizados.

Quando, em 1989, o Ministério da Educação quis saber quantos eram e quem representava os professores sindicalizados, solicitou um estudo ao professor Braga da Cruz, que concluiu que, no Norte, o SPN representava 65% dos professores sindicalizados!!!

Sete anos depois da sua constituição, um estudo independente concluía aquilo que nós já sabíamos pela experiência do trabalho nas escolas – o SPN era o sindicato mais representativo do Norte.

Recordo hoje tudo isto, num texto escrito para lembrar o nosso 24º aniversário, porque vale a pena reafirmar que um sindicato só terá sentido se executar, no concreto, aquilo que foi o nosso lema inicial – “A Força e a Vontade dos Professores do Norte”. E ao fim de 24 anos, julgo que o nosso lema inicial continua vivo e que tem sido executado com fidelidade.

Por isso, quando a actual ministra da educação quis saber quantos eram e quem representava os professores sindicalizados, não surpreendeu que o SPN fosse já não o maior sindicato de professores do Norte, mas o segundo sindicato de professores com mais associados no total nacional, apenas suplantado pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), nosso companheiro na Federação Nacional dos Professores (Fenprof). E aqui fica um desafio para comemorarmos as nossas ‘bodas de prata’ – colocarmos como objectivo para daqui a 3 anos sermos o maior sindicato de professores de Portugal.

Impossível? Lembremo-nos dos dias 17 e 18 de Novembro de 1982... ▀

Mário David Soares,

direcção do SPN



Uma dinâmica nova

A movimentação surgida com a criação do SPN assumiu um carácter histórico.

Com efeito, nunca até então, no sindicalismo português, se desenvolvera uma contestação aos desvios antidemocráticos de uma direcção sindical que abandonara a defesa dos interesses dos professores, com a apresentação de uma alternativa criada a partir, apenas, da vontade e de uma dinâmica totalmente novas.

Aliás, disso se deram conta bem cedo os dirigentes de outros sindicatos, bem como do estrangeiro, onde o SPN granjeou respeito e credibilidade.

Costa Carvalho, sócio do SPN nº 100

União de vontades

Há 24 anos, surgia o Sindicato dos Professores do Norte. Foi um momento inequívoco de afirmação da vontade dos professores na defesa da sua intervenção na sua profissão e de exigência de condições condignas para o seu exercício. Essa união de vontades foi determinante para a resolução de problemas que se colocavam a uma educação escolar em forte expansão.

A Educação é credora de todo esse esforço generoso dos professores na configuração de uma profissão onde conjugavam em primeiro lugar a escola. A carreira dos professores está indissociavelmente ligada ao esforço de valorização da escola e da educação que ela garante.

Só a ignorância ou a falta de vivência de todo este percurso de afirmação da escola na nossa sociedade pode permitir, como acontece hoje ao mais alto nível, a criação de um ambiente de suspeita sobre os professores e de não reconhecimento da especificidade da sua função.

Fernando Leite, sócio do SPN nº 5

Lembro-me....

Da Assembleia Constituinte do SPN. Do meu primeiro trabalho nas primeiras Jornadas Pedagógicas.

Do primeiro envio do «SPN-Informação», cujos endereços foram manuscritos por mim. Das correrias aos CTT, já fora de horas, para entregar envelopes, e às redacções dos jornais, para entregar as notas de imprensa. Da constituição da Fenprof e do 1º Congresso do SPN, no Vale Formoso.

Do primeiro duplicador, do primeiro telex, da primeira fotocopiadora, da primeira máquina de escrever electrónica, do primeiro fax e do primeiro computador. Do primeiro carro do SPN. De Barão de S. Cosme, a primeira sede, e de cada sede que foi comprada...

Das primeiras educadoras. Da primeira greve, e primeira luta pelo primeiro ECD.

De cada dirigente e de cada funcionário com quem convivi. De cada sorriso que fiz e cada lágrima que chorei.

Ser funcionário de um sindicato é uma grande responsabilidade. Ser funcionária do SPN há 24 anos é um privilégio: pelos princípios, pela aprendizagem, pela integridade, pela Amizade, pela Democracia.

Teresa Veloso

Educação vs neoliberalismo

A onda neoliberal que varre a generalidade dos países aparece aos olhos de muitos como uma fatalidade – temos que nos adaptar a ela, porque é impossível fazer-lhe frente. Será mesmo assim? A Educação é um dos campos em que os mercantilistas de todos os matizes nos empurram para soluções formatadas naquele sentido. Mas, afinal, o sentido não é único. Há outras formas de encarar os desafios com que a sociedade se confronta. Para as descobrir, há que, em primeiro lugar, identificar com clareza os objectivos que a globalização neoliberal persegue. É nesse sentido que vão os dois testemunhos que apresentamos nas páginas seguintes: o resumo de um artigo de Riccardo Petrella (texto integral em www.spn.pt, na janela «SPN-Informação») e uma entrevista com Licínio Lima – dois registos diferentes, mas ambos acutilantes e claros, para um tema que encontra aqui múltiplos aspectos de abordagem.



A Educação está armadilhada



Ana Alvim



Num texto intitulado *Cinco Armadilhas para a Educação*, Riccardo Petrella considera que a Escola está a ser solicitada para responder sozinha ao desafio da promoção social, vendo-se progressivamente desacreditada e sujeita aos ditames do mercado de trabalho. Para o professor da Universidade Católica de Lovaina (Bélgica) – e conselheiro da Comissão Europeia –, esta visão é redutora e esquece que a Escola é, acima de tudo, o contexto onde se constrói o ‘laço social’ e a ‘democracia da vida’.

Segunda armadilha: a passagem da educação do campo do não-mercador para o do mercador. A partir da altura em que se lhe atribui como tarefa primordial a de formar recursos humanos ao serviço da empresa, não será de admirar que a lógica mercante e financeira do capital privado pretenda impor-lhe a definição das suas finalidades e das suas prioridades. A educação é cada vez mais tratada como um mercado. (...)

Terceira armadilha: a educação é apresentada como o instrumento-chave da sobrevivência de cada indivíduo, bem como de cada país, nesta era da competitividade mundial. Assim, a esfera educativa tende a transformar-se num “lugar” onde se aprende uma cultura de guerra (cada um por si, ser mais bem sucedido que os outros e na vez deles), mais do que uma cultura de vida (viver em conjunto com os outros, na prossecução do interesse geral). As universidades, os poderes públicos, os estudantes, os pais e até mesmo muitos sindicatos aceitaram, em geral, essa cultura de guerra. Assim e apesar dos esforços de grande parte dos educadores, o sistema é levado a privilegiar a função de selecção dos melhores, em detrimento da função de valorização das capacidades específicas de cada aluno.

Quarta armadilha: a subordinação da educação à tecnologia. Acreditando, desde os anos 70, que esta última é o principal motor das mutações da sociedade, os dirigentes impuseram a tese da sua primazia e da urgência em adaptar-se-lhe. (...)

Quinta armadilha: a utilização do sistema educativo enquanto meio de legitimação de novas formas de divisão social. A crer no que apregoa o discurso dominante, as economias e as sociedades dos países desenvolvidos terão passado da era industrial – baseada em recursos materiais e capitais físicos (a terra, a energia, o aço, o betão, os carris) – para a era do conhecimento, essencialmente baseada em recursos materiais e imateriais (os saberes, a informação, a comunicação, a logística). (...) ▶

“Primeira armadilha: a crescente instrumentalização da educação ao serviço da formação do ‘recurso humano’. Porque essa função ultrapassa a da educação para a e pela pessoa. Busca a sua origem na redução do trabalho a um ‘recurso’ organizado, gerido, valorizado, desclassificado, reciclado e, dado o caso, abandonado em função da sua utilidade para a empresa. À semelhança de qualquer outro recurso material e imaterial, o recurso humano é considerado uma mercadoria económica, que deve estar disponível em todo o lado. (...)

Riccardo Petrella,
adaptado de «Le Monde Diplomatique»
(edição portuguesa, Outubro/2006)

A educação foi evacuada

Em “Cinco armadilhas para a educação”, Riccardo Petrella considera que a Escola, instada a responder sozinha ao desafio da promoção social, se vê progressivamente desacreditada e sujeita aos ditames do mercado de trabalho. Estará a educação a transformar-se num instrumento legitimador de uma divisão social desigual?

Eu creio que a educação tem vindo a ser fortemente subordinada à agenda económica – há, até, autores que dizem que tem vindo a ser colonizada pela economia e pela necessidade de se adaptar aos imperativos do mercado competitivo. Hoje, o que se verifica é que a educação escolar, e também a educação ao longo da vida, ganham centralidade, mas uma centralidade muito subordinada à tentativa de adaptação funcional aos quesitos da competitividade económica, da produtividade.

Em geral, o que me parece é que a linguagem da educação, nestes últimos anos, é ela própria uma linguagem de base económica. E nalguns casos, em termos metafóricos, também belicista: competitividade, vantagens competitivas, desafios, batalha das competências, batalha das qualificações... Há toda uma retórica que confere maior centralidade à educação, designadamente à educação escolar, mas uma centralidade amputada, no sentido em que esta educação é cada vez mais central e relevante. Mas não é a educação toda, nem necessariamente a educação para todos – é um certo tipo de educação que, de facto, se subordina a determinadas agendas, que são as agendas do novo capitalismo que estamos a viver.

Deste ponto de vista, a linguagem das competências, da competitividade, das competências para competir, das vantagens competitivas, da adaptação à economia e ao mercado de trabalho, da formação vocacional (conceito que verdadeiramente ninguém sabe definir muito bem) é um forte indicador. Mas eu costumo dizer que, muito possivelmente, uma das maiores mistificações pedagógicas da actualidade é a da empregabilidade, a relação entre educação e empregabilidade.

Empregabilidade que é, hoje, a principal finalidade da educação...

É a grande finalidade... Como se a educação criasse empregos, como se o desemprego fosse parcialmente um problema de desadaptação da educação escolar face aos perfis das competências exigidos – ou pretensamente exigidos – pelo mercado de trabalho. Quando o que se verifica é que o mercado é fluido e volúvel e qualquer adaptação funcional da educação a determinados perfis de competências corre seriamente o risco de, no final do processo, não ser minimamente eficaz, porque, entretanto, os perfis mudaram ou as empresas deslocalizaram-se.

Portanto, trata-se de uma mistificação, no sentido em que se aceita que a educação possa ter determinados impactos na economia e na sociedade. Isso é evidente, mas a educação, só por si, não promove o desenvolvimento económico, não luta contra o desemprego nem cria empregos – há aqui um problema: nós estamos a evoluir de uma sociedade profundamente marcada pelo desemprego estrutural para uma sociedade verdadeiramente marcada pelo ‘não emprego’, o que é um salto qualitativo muito profundo.

Como alguns autores chamam a atenção, a sociedade do ‘des-emprego’ é uma sociedade em que o emprego é a norma e o desemprego a excepção, ou, se quisermos, uma patologia, ou uma disfunção. Ora não creio que ainda nos encontremos nesta fase – estamos já numa fase de evolução para uma sociedade de ‘não-emprego’.

Licínio Lima é professor catedrático do Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional, do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Actualmente é director do Curso de Mestrado em Educação e coordenador da Área de Especialização em Organizações Educativas e Administração Educacional. Tem dirigido diversos projectos de investigação, formação e cooperação de âmbito nacional e internacional.



do debate político



E qual é o papel da educação neste contexto?

De simples adaptação funcional, de ajuste. As pressões são feitas sempre neste sentido, de colonização da educação por determinadas agendas económicas. E, deste ponto de vista, a educação e a própria formação profissional aparecem, muitas vezes, como uma válvula de segurança, como uma espécie de paliativo, que, entretanto, vai contribuindo para a gestão da crise, isto é, para que o desemprego não suba tanto e para que haja desempregados em processos de formação que, eventualmente, aliviam as estatísticas de desemprego.

O sistema educativo já está formatado para a empregabilidade?

Ainda não está, e eu diria que felizmente. Mas as pressões para que esteja são cada vez maiores. As próprias políticas educativas e o pensamento educacional da *contra-pedagogia* – dos não pedagogos e dos que, sendo-o, ou tendo um discurso pedagógico, se caracterizam pela crítica à pedagogia e ao pensamento educacional, vulgo *eduquês* – têm essa orientação. A crítica que é feita é a uma educação escolar e a uma Escola que não são suficientemente eficazes e eficientes, que não são suficientemente competitivas. Claro que é muito difícil, repentinamente, ou em pouco tempo, subordinar e adaptar toda a educação escolar, a pedagogia, o currículo, etc., a esses elementos. Agora que há orientações nesse sentido, evidentemente que há.

Orientações expressas ou difusas em normativos, subliminares?

São expressas! No discurso político global, nos programas dos governos, nas grandes orientações das organizações internacionais, como a OCDE [Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico], a União Europeia e o Banco Mundial, de uma forma mais aberta. Em termos políticos, há um discurso de senso comum sobre estas matérias; e um conjunto de conceitos securizantes que devem ser utilizados: competitividade, empregabilidade, escolas de excelência, qualidade na educação... Conceitos relativamente vazios, na maior parte dos casos, mas que é fundamental usar, porque são securizantes. Mas isto tem implicações...

Trata-se de uma nova retórica – a transição do eduquês para o economês...

Exactamente. Eu costumo dizer que, na crítica que se tem feito ao *eduquês*, nós estamos longe de uma decisão política em que os pedagogos e os especialistas em educação tivessem poder ou capacidade de influência relevante para intervir, de facto, na definição das políticas. Isto é uma análise ideológica. Se verificarmos quais são as grandes pressões políticas sobre a produção de políticas públicas para educação, elas vêm, sobretudo, do mercado de trabalho, dos grandes empresários, da linguagem da economia e da gestão. Sobre isso, não haja a menor dúvida.

Apresentem os grandes pedagogos, nacionais ou estrangeiros, que hoje são efectivamente influentes na produção de políticas públicas de educação, digam quais são os nomes. Eu estudo o problema e, confesso, não consigo descortinar quem são... +

Educação, formação e aprendizagem

É, também, um sinal de crise na educação?

Eu creio que vivemos, de facto, um momento de crise, de transição, que desafia imenso a organização escolar. E é preciso saber se ela tem capacidade de resistência a algumas dessas orientações políticas. Porque uma educação para a cidadania democrática, para a solidariedade, para a perseguição do bem comum, e mesmo para a educação política dos cidadãos, tem de ir em conjunto com a educação escolar nas diversas áreas do currículo. As desarticulações são absolutamente criticáveis.

Agora, a questão é saber, por exemplo ao nível da educação básica, da escolaridade obrigatória, quais são as diversas agendas e qual é o equilíbrio entre elas. A convicção de que a formação profissional – ou formação vocacional, como se diz agora – ou a promoção de qualificações, ou de competências para competir no mercado de trabalho, será

o factor decisivo para a modernização económica, para o aumento da competitividade e da produtividade dos trabalhadores, está absolutamente por comprovar. E eu creio, aliás, o contrário.

Ou seja, as políticas conservadoras e neoliberais falam em qualificações, competências e competências para competir, e deixou de se falar em educação. De certa forma, a educação acabou por ser evacuada do discurso político.

Temos, então, a projectar-se sobre a organização escolar um discurso que parece ser muito exterior à Escola actual...

Absolutamente. Mas é um discurso de senso comum. Eu não conheço nenhuma corrente educativa, pedagógica, fortemente alicerçada na investigação e num conhecimento crítico sobre a realidade, que defenda isto. Porque o grande problema português não é a falta de qualificações, apenas nem sobretudo. Antes fosse! A nossa situação seria muito melhor.

O problema profundo – de décadas, para não dizer de séculos – é um problema educativo, de uma educação altamente discriminativa, que foi incapaz de, porque nunca procurou, garantir a educação do povo em geral, a educação básica. E, portanto, o problema está nas elites, que nunca estiveram comprometidas com a educação do público, uma educação generalizada, minimamente longa e sistemática. E isto é verdade desde a alfabetização àquilo a que hoje chamamos a educação básica.

Deste ponto de vista, o problema é mais vasto e mais global. Não basta investir na formação profissional ou em vertentes vocacionistas de uma educação mais pragmática, orientada para o mercado de trabalho, ou mais restritamente para o posto de trabalho, quando não há retaguarda ou *background* educativo. Este é que é o problema! Nós temos que investir em ambas as coisas.

Eu não sou contrário à formação profissional, não a diabolizo! O que digo é que ela, em si mesma, jamais resolverá os problemas do país. Pelo contrário, o que se vê nos países que admiramos, ou que de repente se transformam em *case studies* para copiarmos, é que a retaguarda educativa é fundamental – nesses países, há um lastro educativo ao nível dos jovens e dos adultos, há um investimento sério e continuado nestas áreas.

E, evidentemente, um povo mais educado e longamente escolarizado resolve com muita mais facilidade os seus problemas de desenvolvimento e de formação profissional. O inverso é que me parece absolutamente impossível de suceder.



Nós próprios incorporamos esta linguagem, e a nossa forma de pensar está cada vez mais influenciada por estas agendas, mesmo à esquerda ou nas posições sindicais.

A priori, educar e desenvolver competências para competir não serão incompatíveis...

Não. O que eu digo é que não podemos subordinar a agenda e os objectivos da educação pública, da educação básica, da educação para a cidadania – envolvendo na cidadania também o mundo do trabalho – a uma adaptação meramente funcional, estreita, à economia e ao mercado de trabalho. Isto, não podemos fazer! A questão é que a formação profissional, a formação para a economia, para o mundo do trabalho, é uma formação que tem que ter sentido educativo. E o que lhe dá sentido educativo é exactamente o plano amplo dos objectivos, dos valores, da dimensão ético-política, moral, axiológica... São os porquês da educação. E é por isso que eu não compreendo (ou por outra, compreendo criticamente) por que é que a tónica é cada vez menos posta na educação e cada vez mais na formação e na aprendizagem – porque elas responsabilizam menos o Estado e as autoridades que têm que prover a educação.

A formação desvincula-se de uma agenda educativa de tipo normativo e axiológico, porque a formação profissional, a instrução, a formação técnica, não é em si mesma uma coisa boa e não é a priori, imediatamente, uma experiência educativa; nalguns casos, pelo contrário, afirma-se como uma experiência bastante deseducativa. E a aprendizagem, mesmo a aprendizagem individual, agora muito celebrada, não é em si mesma uma coisa boa – como animais sociais, políticos, no sentido de Aristóteles, nós temos a capacidade de aprender socialmente, experiencialmente, coisas boas e coisas más. Então, a aprendizagem tem que ser criticamente considerada, porque a própria aprendizagem social e experiencial tem elementos francamente negativos.



Nessa perspectiva, como articular a educação e a aprendizagem?

Hoje, no mundo do trabalho, um conjunto vasto de importantes aprendizagens dos trabalhadores são aprendizagens de sobrevivência: há precariedade, há um mundo extremamente competitivo, há deslocalização das empresas, há introdução de novas tecnologias que ameaçam postos de trabalho... Portanto, é uma mera adaptação funcional e não uma aprendizagem preocupada com o desenvolvimento das capacidades do indivíduo, humanisticamente orientada para uma compreensão crítica do mundo.

A relação entre educação, formação e aprendizagem é muito mais complexa do que parece à primeira vista. E eu diria que uma celebração acrítica da formação (contínua, profissional, vocacional) e da aprendizagem, que cada vez é mais o elogio da aprendizagem individual – o indivíduo como responsável pela própria aquisição de competências para competir, ou, como agora se diz, pela construção do seu portfólio de competências – é uma visão altamente individualista, altamente competitiva do indivíduo, que se manifesta errada e ilusória, porque é como se insistíssemos em procurar soluções individuais, ou de tipo biográfico, para problemas de grande magnitude, que são problemas estruturais: a mudança da economia, do mundo do trabalho, das empresas, das dimensões organizacionais...

A resposta a tudo isto não pode ser uma resposta meramente individual, nem meramente adaptativa. Onde está a mudança social? Onde está a humanização da economia e do trabalho? Onde está a democratização da própria democracia?

São esses os verdadeiros problemas de fundo?

O problema que se coloca é que a linguagem, as políticas e as agendas neoliberais e conservadoras para a educação entraram com tanta força, e generalizaram-se de tal forma, que já não temos a consciência de que nós próprios incorporamos esta linguagem. Ela transformou-se numa linguagem de senso comum, e a nossa forma de pensar está cada mais influenciada por estas agendas, mesmo à esquerda, no pensamento mais crítico ou nas posições sindicais...

Quer dizer, é muito fácil incorporar estes lugares-comuns, esta ideologia – ideologia, porque é aparente, falsa, não argumenta criticamente. E, deste ponto de vista, alguns clássicos da economia liberal aparecem como perfeitamente ultrapassados, porque são demasiado humanistas, demasiado preocupados com uma agenda educativa, humanista, do bem comum, da perseguição do interesse geral. Lendo hoje Adam Smith, há ali um conjunto de ideias e valores que correm o risco de ser inaceitáveis e considerados absolutamente ultrapassados pelas perspectivas de carácter neoliberal. +

Essa desvalorização da educação verifica-se mais ao nível das práticas, da construção dos currículos ou da organização escolar? Quais são os sinais dessa “minagem”?

Eu creio que as influências são genéricas, de ordem verdadeiramente cultural e, portanto, subtis. De tal forma que os próprios educadores e professores, frequentemente, não se dão conta delas. Isto é evidente. Por exemplo, não se relaciona o retorno aos exames nacionais com estas perspectivas, mas esta análise é conhecida. Por que é que a Inglaterra, e isto é um exemplo clássico, se recentralizou em termos de políticas educativas e de administração do sistema escolar e por que é que voltou aos exames nacionais?

Os exames nacionais são, evidentemente, uma dimensão central destas políticas, como a elaboração de *rankings* e a avaliação dos professores através dos resultados dos alunos. Há aqui uma lógica de gestão e avaliação por resultados, partindo do pressuposto – errado e inaceitável para mim – de que o aluno é uma matéria-prima da escola. Ou seja, estamos novamente perante versões economicistas, tecnocráticas e positivistas, perante metáforas de tipo mecanicista na educação.

Se se admite classificar escolas e professores apenas na base dos resultados dos alunos, o aluno é tratado metaforicamente como matéria-prima, como produto a ser transformado do ponto de vista da produção escolar – entra como indivíduo mais ou menos informe, indiferenciado, como uma massa que é subordinada a um processo, e sai um produto acabado. Que, sendo avaliado de determinada maneira, vai fornecer indicadores objectivos e estáveis sobre o processo de produção.

Ora bem, dizer que o aluno é uma matéria-prima – frase que temos ouvido a alguns ministros da educação dos últimos anos – é uma coisa extraordinária. As suas implicações políticas, pedagógicas e educacionais são absolutamente extraordinárias! Eu diria que recuámos mais de um século, a tempos anteriores à Escola Nova.

Agora, todas estas metáforas produtivistas, tecnocráticas, economicistas, colocam uma grande pressão sobre o processo de produção escolar, que é cada vez mais influenciado por processos de tipo empresarial e produtivista. O mundo das organizações empresariais é hoje apresentado como paradigma organizacional da inovação.

E qual é o papel dos professores neste contexto? Os que estão no sistema não foram, teoricamente, formados para essa “escola”...

O papel dos professores é extremamente difícil. O que acontece a um grande número é que estão perdidos neste caldo ideológico e nesta retórica, porque há um efeito de contra-socialização.

Hoje, os educadores e professores estão sujeitos a grandes tensões entre uma formação educacional, um pensamento educacional, uma perspectiva crítica sobre educação – que terão conhecido ou a que terão aderido na formação inicial ou em parte da formação contínua – e um discurso que, em termos genéricos, é omnipresente.

Os exames nacionais são uma dimensão central destas políticas, como a elaboração de *rankings* e a avaliação dos professores através dos resultados dos alunos.

Discursos retóricos à escala mundial



Proliferam os “especialistas” em educação...

Leiam-se os jornais, vejam-se os programas de televisão, ouçam-se os *opinion makers* e o que os empresários dizem sobre a educação. Toda a gente tem um pensamento pedagógico, mesmo que esse pensamento pedagógico se baseie na crítica a determinados tipos de pedagogia, apresentando-se como um discurso não pedagógico. O que é impossível. Não há uma alternativa não pedagógica à pedagogia. Isto é um contra-senso. Aliás, não há uma pedagogia singularmente estabelecida. Outro contra-senso. Por definição, o pensamento pedagógico é pluriparadigmático – sempre foi, e há-de ser, como em todas as ciências sociais e humanas. Não há uma disciplina singular, não há um paradigma dominante.



Há aqui uma lógica de gestão e avaliação por resultados, partindo do pressuposto – inaceitável para mim – de que o aluno é uma matéria-prima da escola.

Recuando um pouco. As iniciativas legislativas que têm vindo a ser levadas a cabo enquadram-se, de alguma forma, na perspectiva de transformar a escola numa “unidade produtiva”?

Sim, a vários títulos, na escola e fora da escola. Verificamos, por exemplo, que as políticas de educação de adultos, nos últimos anos, têm sido profundamente afectadas por uma lógica de orientação claramente vocacionista. Muito centrada na formação profissional, muito centrada em competências para competir, na crença de que a educação de adultos é um factor fundamental de empregabilidade.

A educação escolar também é afectada, ao nível da concepção da organização escolar, do que se exige da gestão escolar e dos conselhos executivos, da avaliação das escolas, e mesmo ao nível de alguns aspectos, de alguns valores centrais que estão em discussão no novo Estatuto da Carreira Docente...

Mas isto não é um problema português. Aliás, nós estamos a ser confrontados com algumas dessas políticas mais agressivas 20-25 anos depois de alguns países centrais da Europa. E mais, também não é um problema estritamente político-partidário – eu diria que se trata de uma orientação política de grande magnitude, de tipo transnacional.

Digamos que há um consenso muito substancial, que há um conjunto de valores amplamente partilhado pelos partidos políticos que, em geral, governam nos diferentes países e que, portanto, a questão está longe de poder ser resolvida através de uma certa rotatividade democrática que operaria eventuais rupturas significativas nestas políticas. Não é verdade. Há *nuances*, há diferenças, há programas distintos, mas há um corpo fundamental.

Há programas, normas e leis que já não são estritamente nacionais...

Uma das razões é essa. Há uma grande sobredeterminação, à escala planetária, de algumas dessas ideias. Alguns autores – Roger Dale, por exemplo – falam mesmo de uma agenda globalmente estruturada para a educação. Ou seja, nós somos cada vez menos originais, menos nacionais, na produção de políticas.

O discurso dos diversos governos, dos diversos ministros da educação nesta área, é profundamente marcado por um discurso, por uma retórica, mais global, de tipo transnacional, que é elaborada por algumas instituições centrais, por determinadas instâncias à escala mundial, que produzem hoje alguns dos elementos centrais das políticas educativas – com prioridades definidas claramente e conceitos que, depois, são recontextualizados ao nível das políticas nacionais.

Mas não estou a dizer que os governos nacionais se limitam a aplicar integralmente estas políticas. O que digo é que são profundamente afectados por elas, e dificilmente lhes conseguem escapar. +

Aliás, parece que os ministros da Educação, quando deixam de o ser e ganham alguma distância relativamente ao seu consulado, se tornam mais críticos relativamente ao sistema para o qual contribuíram do que quando exerceram o poder de facto...

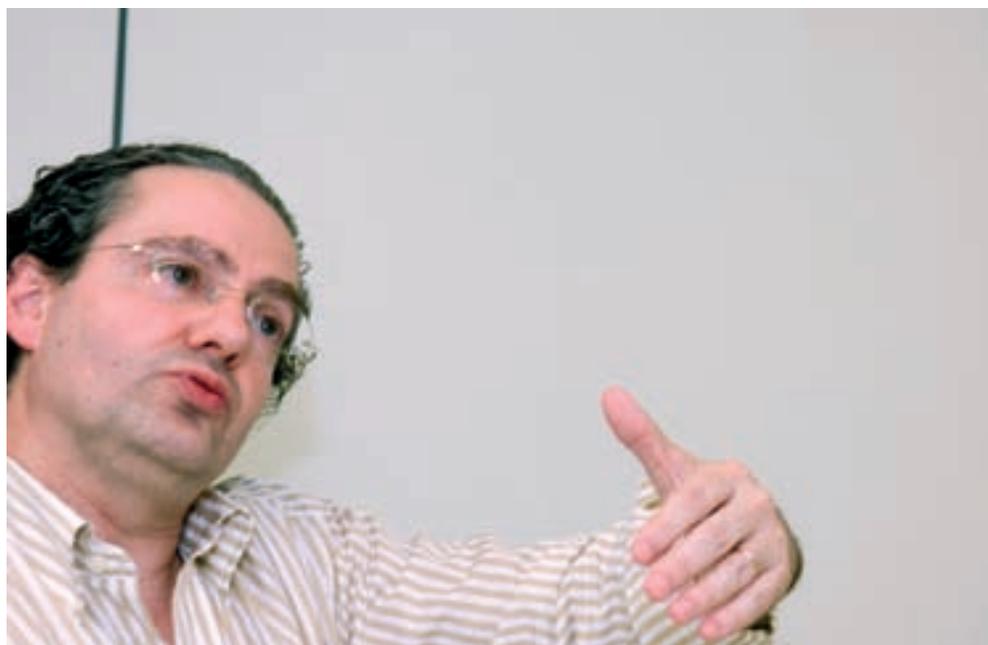
Eu não tenho nada contra, acho que o debate público sobre educação é muito importante e deve ser feito com todos. Mas observo com muito interesse como, em geral, os ex-ministros da educação se transformam em grandes especialistas de Educação, independentemente da sua área de trabalho, da sua formação de base. Observo!...

Penso que é um fenómeno extraordinário. Mas acontece sem, em geral, nunca terem estudado os problemas da educação; sem, em geral, nunca terem investigado; sem, em geral, terem capacidade académica de produção de conhecimento nesta área – são hoje os grandes especialistas nesta área; são hoje os que marcam o discurso.

Hoje, qualquer colóquio com status social, e mesmo académico (enfim, há algumas universidades que se destacam por recusar essa perspectiva), abre ou fecha com ministros da educação passados, presentes e, eventualmente, putativos.

Portanto, é mais uma prova de que, efectivamente, não são os investigadores em educação, nem os pedagogos em geral, que são influentes na produção de políticas.

Não são os investigadores em educação, nem os pedagogos em geral, que influem na produção de políticas públicas.



Proposta de estatuto é contraditória

Voltando aos valores centrais da Educação. Relativamente ao ECD, o que representa esta revisão? Há uma alteração de paradigma?

Isso claramente! Parece-me que há uma alteração de paradigma...

Desse ponto de vista, o actual clima de debate, de discussão, de negociação, é relativamente preocupante porque, obviamente, numa profissão tão exigente do ponto de vista científico, pedagógico e profissional, como é a profissão docente, qualquer imposição de um paradigma profissional, de carreira, de estatuto, em termos unilaterais, é evidentemente um contra-senso.

Não está em causa que o Governo tenha legitimidade para apresentar as suas propostas, para as forçar, para as negociar. O que me parece é que, lidando com uma classe profissional que se caracteriza por ser altamente complexa e exigente do ponto de vista técnico-científico, é um contra-senso apelar à profissionalidade, ao profissionalismo, a um estatuto mais exigente e rigoroso, a uma dignificação e a um prestígio social da profissão, começando esta tarefa nobre através da imposição unilateral de um estatuto. Se isso acontecer – e eu espero que não aconteça –, será uma contradição nos próprios termos; envenenará o estatuto e a recepção do estatuto. O que é preciso saber é de quem é o estatuto. E o estatuto é dos educadores e dos professores. Ou seja, o estatuto só verdadeiramente deixa de ser letra morta no Diário da República quando for apropriado pelos educadores e professores nos seus contextos educativos e escolares; quando for o “nosso” estatuto, o estatuto que nos rege. É preciso que educadores e professores se apropriem do estatuto, o levem a sério, o pratiquem...

Que se revejam nele...

A imposição unilateral de um paradigma, que em termos globais é profundamente rejeitado pela classe docente, é começar da pior maneira.

O Governo pode fazê-lo, mas nunca será o estatuto dos educadores e professores. Será sempre o estatuto do Ministério da Educação e que o ministério e o Governo quiseram impor aos professores.

Posto isto, devo dizer que não sou nada defensor do actual estatuto. Nunca fui. É um estatuto que, em vários aspectos, desvaloriza a profissão docente; um estatuto consideravelmente mais burocrático do que profissional. E eu sou daqueles que pensam que é preciso um verdadeiro estatuto da carreira docente.

A proposta que o ministério pretende impor constitui “um verdadeiro estatuto da carreira docente”?

Eu critico a actual proposta do Ministério da Educação porque, ao contrário do que é anunciado, penso que é pouco exigente; penso que é uma proposta ainda muito marcada por fortes constrangimentos burocráticos, em vez de aderir a critérios mais académicos, mais científicos e pedagógicos, de formação especializada. Deste ponto de vista, há algumas contradições no estatuto, e uma possibilidade de desprofissionalização, desmotivação e grande conflitualidade. A ser aprovado como está, poderá gerar grande competitividade entre professores – contra a cooperação, que é um valor do próprio estatuto.

Outra coisa que irá aumentar muito é a litigância nos concursos, com recursos não apenas hierárquicos, mas no tribunal. Penso que vai acontecer, como já acontece hoje nas universidades.

De certa forma, é uma proposta muito marcada por uma lógica gerencialista, tecnocrática, de gestão de recursos humanos em tempo de recursos escassos.

Genericamente, o paradigma do estatuto é muito este. Isto significa que, por exemplo na avaliação de desempenho, se procura fazer uma espécie de adaptação do SIADAP [Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública] à carreira docente, e eu creio que esta adaptação é mal conseguida, a vários títulos.

Quais são as principais contradições?

Há várias. Por exemplo, fala-se na excelência e na qualidade. Evidentemente, dadas as características de alta exigência científica e pedagógica da profissão, temos que admitir que o número de educadores e professores excelentes e muito bons tem que ser forçosamente muito elevado. Mas se, por um lado, afirmamos que queremos excelência e grande mérito, por outro lado, já a priori, não concedemos que haja mais de 5% de professores excelentes. E isto pode trazer constrangimentos enormes, porque, num determinado momento histórico, é pensável que haja mais do que 5% de professores excelentes em algumas escolas.

Portanto, é uma contradição nos seus próprios termos, podendo provocar uma desmotivação generalizada dos professores. E com as quotas ao nível da avaliação e do máximo de professores titulares, pode bloquear a carreira durante os próximos anos. Por exemplo, não há nada que garanta que o ministério está obrigado a abrir os quadros e as vagas; portanto, pode haver uma gestão malthusiana destas vagas, como está a acontecer nas universidades.

Há aqui, de facto, um conjunto de dimensões preocupantes. Quer dizer, um estatuto de carreira não pode ser usado para reformar os professores. Não é um instrumento, nem pode ser usado, como diz Stephen Ball, para sujeitar os professores aos terrores da performatividade. +



A avaliação de desempenho é indispensável. Premiar o mérito, como se diz agora, eu creio que é indispensável. Mas é preciso fazê-lo com critério, que me parece óbvio que, no interior do sistema educativo, seja um critério académico, científico e pedagógico.

[interrupção telefónica]

Por exemplo, o mestrado e o doutoramento – embora desvalorizados face ao actual estatuto – ainda têm alguma valorização, mas é muito curioso verificar que só valorizam verdadeiramente os que não forem professores titulares. Um indivíduo que seja professor titular e que faça um mestrado ou doutoramento – e, nos próximos tempos, a maioria não os terá – não é valorizado por isso.

Acho isto de uma incongruência enorme, porque dá a ideia de um conjunto de quesitos para ser professor titular, e uma vez sendo-o...

Há um momento a partir do qual os professores têm uma diferenciação hierárquica e funcional, mas que não se baseia necessariamente em conhecimentos, em formação académica especializada, em formação científica e pedagógica acrescida.

Outra incongruência interessante é esta. Como se está a pensar que, para ser professor titular, é preciso 18 anos – eu tenho as maiores dúvidas, possivelmente vai ser preciso bastante mais –, vamos verificar coisas inconcebíveis do ponto de vista académico, como ter professores com bastante experiência (10, 15, 16 anos) e com formação pós-graduada, imagine-se, em supervisão pedagógica, que não podem

supervisionar quer os estágios, quer o ano probatório, porque não são professores titulares. Ao passo que os professores titulares poderão fazê-lo mesmo não tendo formação e habilitação académica para isso...

Se este critério dos 18 anos para professores titulares entrasse em vigor imediatamente, as escolas parariam. Não havia coordenadores de departamento curricular, a maior parte dos órgãos de gestão terminariam as suas funções, os presidentes dos conselhos executivos sairiam, os orientadores de estágio sairiam...

E então?...

Eu creio que era preferível aumentar a exigência dos quesitos da formação académica, científica e pedagógica, conjugando-a com a avaliação do desempenho – mas não desta maneira técnico-burocrática –, e basearmo-nos no mérito absoluto, com bastante exigência.

Não garanto que esta alternativa, nalguns momentos, não ficasse abaixo do 1/3. Mas, claramente, não prejudicaria o conjunto de indivíduos que efectivamente têm um desempenho bom, que investem na formação especializada, na formação pós-graduada, na investigação na sua área de docência, etc. Reconheço que não basta fazer mestrado ou doutoramento para nos transformarmos em bons professores, portanto a vertente da avaliação do desempenho também é importante. Mas se for limitada a determinadas quotas, a uma visão gerencialista e pragmática, parecerá que se quer impor barreiras administrativas burocráticas à progressão dos docentes, prescindindo de uma lógica de maior construção da profissionalidade e de maior prestígio académico, pedagógico e social para os docentes, através de uma maior exigência.

Digo isto convicto de que, eventualmente, o que digo não é muito simpático para as organizações sindicais. Mas se eu estivesse directamente nesta luta negocial – indirectamente, estou –, procuraria ultrapassar o ministério na bandeira das exigências científicas e pedagógicas, na exigência técnico-científica e na exigência académica. Não tenho dúvidas, seria por aí, procurando, como contrapartida, que a valorização destas dimensões tivesse como consequência que as quotas e os limites impostos fossem retirados.

A ser aprovado como está, o estatuto poderá gerar grande competitividade entre os professores e aumentar a litigância nos concursos, com recursos não apenas hierárquicos, mas também no tribunal.



E as virtudes da proposta?

Vamos lá ver, relativamente a direitos e deveres e a alguma reestruturação, eu penso que há valores defensáveis neste estatuto; valores interessantes e que são, claramente, uma melhoria.

Há um problema clássico, que é a diferenciação profissional. Isto é, a hierarquização, por um lado, e a diferenciação funcional, por outro. Eu penso que, por definição, uma carreira não tem de ser altamente selectiva e hierarquizada, mas uma carreira numa profissão técnico-científica muito exigente tem, possivelmente, inerente à ideia de carreira, alguma diferenciação profissional que não seja meramente burocrática.

Neste momento, nós temos, de facto, um estatuto altamente burocrático – baseia-se apenas em escalões e no requisito de uma avaliação mínima que é dada a toda a gente, sabemos, e de uma formação que também é realizada por toda a gente nas mais diversas áreas. E eu concedo alguma razão a alguns sectores que dizem que a formação contínua sofreu algumas derivas, quer temáticas, quer de áreas de incidência, quer de formas de trabalho.

E, por exemplo, também me custa perceber que um professor que não dá aulas há 20 anos esteja num escalão X... Estar numa carreira, docente por definição, sem dar aulas, é um bocado difícil de imaginar, não é?...

Quer dizer, responder ao ministério com o que está, eu penso que não é aceitável.

Por outro lado, nesta proposta há elementos que me parecem positivos, alguns valores interessantes e alguma tentativa de regulação que é aceitável. O problema é que ela acaba por estar muito condicionada por duas ou três opções de que a tutela dá ideia de não prescindir, e que a marcam profundamente. Opções que são, sobretudo, a contingência relativamente às percentagens de professores excelentes, muito bons, etc., e a ideia dos professores titulares no limite de 1/3, independentemente da sua formação.



António Baldaia, texto
Adriano Rangel / Ana Alvim, fotos

Que consequências advirão, para a Escola e para os docentes, da conflitualidade latente que marca o momento actual do sistema educativo?

Eu não tenho uma visão patológica, disfuncional, do conflito. Penso que o conflito é esperável e legítimo numa sociedade democrática. O que espero é que haja capacidade das partes envolvidas, ministério e plataforma sindical, para dirimir os conflitos de forma democrática.

Porque não vale a pena impor unilateralmente um estatuto aos educadores e professores, que devem ser dotados de grande autonomia do ponto de vista científico, pedagógico e relacional. Não é pensável que profissionais altamente controlados, subordinados, alienados, possam contribuir para a autonomia dos educandos, para a autonomia das escolas e para a democratização da Escola.

Se houver bom senso, creio que se fará o que for necessário para chegar a uma postura negociada que exige cedências de ambas as partes. E aí, as organizações sindicais são absolutamente centrais, não só na defesa dos pontos de vista profissionais, mas também na descodificação e explicitação de determinadas mudanças aos próprios professores.

Portanto, eu diria que é preciso, efectivamente, construir um novo estatuto, mas construí-lo negociando e evitando rupturas definitivas, que não interessam a ninguém e que se arriscarão a desprofissionalizar os professores – se os professores tiverem um estatuto no qual não se revêem, que é um estatuto outro, relativamente ao qual se alienam, o que é que se vai fazer com ele?

Neste momento conturbado, já tenho ouvido dizer de professores que estão no 9º escalão que a sua carreira acabou aqui, que jamais se proporão a um concurso para professor titular, por exemplo. Eu compreendo as razões, mas se isto acontecer, se os mais experientes, se os que neste momento estão no topo da carreira se alienam de vir a ocupar posições, isso será um indicador de que o estatuto se insucedeu completamente.

Claro que há sempre excepções, gente muito nova com uma capacidade de intervenção notável e gente em final de carreira que continua a ter uma energia extraordinária. Mas quem está nas escolas e quem estuda as escolas sabe que quem mexe, quem aguenta isto, quem investe, é uma geração que está entre os 35-45 anos. Se estes “motores das escolas” ficarem abaixo da categoria actual de professor titular, não sei quem é que vai levar isto para a frente... ▀

Contratos de oferta de escola

O artigo 59º do Decreto-Lei nº 20/2006 regulamenta as ofertas de escola, referindo que as necessidades residuais de pessoal docente podem ser supridas por este processo, quando:

1. se tenha esgotado a lista definitiva de ordenação no respectivo grupo de docência;
2. os horários declarados tenham sido recusados duas vezes consecutivas;
3. se trate de horários inferiores a 8 horas.

Compete ao órgão de gestão dos estabelecimentos de ensino ou dos agrupamentos de escolas proceder à oferta de emprego, que tem como destinatários os indivíduos possuidores, no momento dessa oferta, das aptidões e requisitos gerais, especiais e habilitacionais exigidos para o exercício da função docente.

Os órgãos de gestão devem enviar à respectiva direcção regional de educação a lista de ofertas de emprego para publicitação através da Internet.

O prazo de candidatura decorre por cinco dias úteis, contados a partir da data de publicitação.

O órgão de gestão procede à ordenação dos candidatos de acordo com os critérios de prioridade referidos nos artigos 14º, 15º, e 16º do Decreto-Lei nº 20/2006, o que implica considerar a habilitação profissional ou académica do candidato à data da candidatura à oferta de escola.

O tempo de serviço a considerar é o prestado até 31 de Agosto de 2006, devendo a lista ordenada ser elaborada por ordem decrescente de graduação e afixada no local indicado no aviso da oferta de emprego.

índice de legislação · outubro

I Série

03. Declaração de Rectificação 69/06

Por ter sido rectificadora a Portaria 780/06, do Ministério da Educação, que altera a Portaria nº 550-B/04, de 21 de Maio, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos artísticos de nível secundário de educação, nos domínios das artes visuais e dos audiovisuais, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, publicada no Diário da República de 9 de Agosto (I Série).

06. Portaria 1.080/06

Altera o plano de estudos do curso profissional de Técnico de Gestão Equina, pela Portaria nº 900/05, de 26 de Setembro.

25. Decreto-Lei 200/06

Estabelece o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efectivos.

27. Decreto-Lei 213/06

Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação.

27. Decreto-Lei 214/06

Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

II Série

02. Despacho 20.025/06

Tabela de remunerações dos docentes do Ensino Português no Estrangeiro.

03. Aviso 10.782/06

Abertura de concurso interno para o cargo de inspector principal de educação.

06. Despacho 20.463/06

Apoio financeiro aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública para aquisição de material didáctico para o ano lectivo 2006/07.

16. Despacho 21.008/06

Realização de provas de exame numa fase única, entre 13 e 30 de Novembro, para os alunos dos cursos criados pelo Decreto-Lei 286/89.

25. Despacho 21.703/06

Aprova o Regulamento do Domínio da Língua Portuguesa Obrigatória para quem não detenha a nacionalidade portuguesa.

OUTUBRO

09. Entrega no Ministério da Educação (ME) da primeira contraproposta da Plataforma Sindical sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), Lisboa
13. Reunião da Coordenação Nacional do Ensino Particular (Fenprof), Lisboa
16. Reunião entre a União das Misericórdias e a Fenprof sobre a tabela salarial, Lisboa
17. Reunião da Comissão Executiva do SPN, Porto
17. Reunião entre a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e a Fenprof sobre o contrato colectivo de trabalho, Lisboa
25. Entrega no ME da segunda contraproposta da Plataforma Sindical sobre a revisão do ECD, Lisboa
27. Terceira e última reunião de negociação entre o Governo (Ministério das Finanças) e a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública sobre actualização salarial e matérias conexas, Lisboa
27. Reunião entre a AEEP e a Fenprof sobre o contrato colectivo de trabalho, Lisboa
31. Última reunião da Plataforma Sindical com o ME sobre o ECD, Lisboa

NOVEMBRO

02. Inter-secretariados da Fenprof, Lisboa
04. Reunião do Departamento da Educação Básica do SPN, Porto
06. Reunião da Plataforma Sindical, Lisboa
07. Reunião alargada da Comissão Executiva do SPN, Porto
09. Greve geral da Administração Pública
10. Greve geral da Administração Pública
15. Vigília de educadores e professores frente ao ME
16. Vigília de educadores e professores frente ao ME
17. Vigília de educadores e professores frente ao ME
17. Plenário Nacional de Educadores e Professores, seguido de cordão humano em volta do ME e entrega do abaixo-assinado *Não à chantagem, sim à negociação*, Lisboa
25. Protesto Geral pela Mudança de Políticas (CGTP-IN)
Concentrações na área geográfica do SPN: Aveiro (Estação da CP), Braga (Parque da Ponte), Bragança (Praça Cavaleiro Ferreira), Porto (Praça da Batalha), Viana do Castelo (Auditório dos Grupo Desportivo dos Estaleiros), Vila Real (Avenida Carvalho de Araújo) – todas às 15h

Casting: Os professores têm rosto

Pretendemos criar um acervo de fotografias de educadores/professores que permita constituir uma identidade visual da profissão docente.

Garantimos que as imagens só serão editadas em materiais do SPN

Colabora! Participa! Inscreve-te através do e-mail

spninfo@spn.pt ou do telefone 225 898 280

*Maria Balsamo,
EB2,3 de Nogueira da Maia*

A sensibilidade ficava-lhe tão bem!



Ando farta de remoer estas coisas e chego sempre à mesma conclusão: sou Professora – e adoro sê-lo, mesmo com todas as contrariedades que ser professor hoje tem –, mas, antes do mais, sou Mulher e sou Mãe.

Fiz-me Professora por gosto e vocação e, como tal, tenho dado o melhor de mim mesma a todos aqueles que, ano após ano, me passam pelas mãos.

Mulher, já nasci, e a História me diz quanto lutaram mulheres como eu, para ter os direitos que tenho. Usufruo-os com a consciência de que, para sermos dignos dos nossos direitos, devemos cumprir, antes de mais, os nossos deveres.

Sou Mãe, porque quis sê-lo e na convicção de que as responsabilidades e satisfações inerentes à maternidade me realizariam plenamente como mulher. E sinto-me realizada. Mas agora, de repente, querem roubar-me, de uma assentada, regalias adquiridas, expectativas formadas, direitos fundamentais, inclusive o direito de ser Mãe! E o que é estranho, quem me quer roubar tudo isto é mulher como eu. Mulher sim, mas com “m” minúsculo. Professora, não é com certeza. Mãe, seguramente não. Lamentável, senhora ministra, o seu contributo para a crise da Família, da Escola, da Educação. Lamentável este baile de máscaras, em que nada é o que parece, porque V^a Ex^a diz aquilo que não é e afirma ter objectivos que o não são. Lamentável a sua postura rígida, a sua indisponibilidade, a sua ausência de sorriso, o seu défice de simpatia, enfim, a sua tremenda cara-de-pau.

Não há nada mais antidemocrático do que a sua posição prepotente. Mas acho que a senhora já esqueceu há muito o que é a democracia ou que foi – alguma vez – socialista (?!).

Como Professora, não quero – nem milhares de outros como eu – as suas imposições. Nem lhe reconheço a autoridade para mas fazer: a senhora não sabe, não imagina longinquamente, não conhece, nem quer conhecer, a realidade do Ensino Básico. E só a propósito de faltas: como Mãe, quero poder assistir a minha filha em caso de doença, sem sofrer por isso penalizações. Saberá V^a Ex^a que é comum as crianças sofrerem de doenças infecto-contagiosas (sarampo, varicela, papeira...)? Saberá que, nos infantários, não as recebem nessas condições? Que muitos de nós não têm com quem as deixar?

Não, a senhora não sabe nada, porque não é, nem nunca foi, mãe. Nunca passou uma noite em claro ao lado de um filho doente, nunca se afligiu com uma febre alta e umas convulsões, nunca dormiu sentada numa cadeira à cabeceira de uma cama de hospital. Mas, mesmo sem ter passado por isto, podia compreendê-lo, se tivesse sensibilidade e respeito por quem conhece estas coisas por dentro.

Para si, um bom professor é aquele que nunca falta, ainda que falte aos seus deveres de Pai ou Mãe.

Um bom professor é aquele que coloca os alunos e a escola em primeiro lugar, ainda que abandone os filhos e a Família.

Um bom professor é aquele que nunca adocece, ainda que a doença não seja escolha dele. Um bom professor está sempre na escola para receber os pais, mas não pode faltar para ir à escola tratar dos assuntos dos filhos.

Um bom professor não pode ter filhos, não pode ter pais, nem doenças de qualquer espécie. Nem vida própria, de preferência. Um bom professor é aquilo que dele quiser fazer a senhora ministra.

Senhora ministra, a sensibilidade ficava-lhe tão bem! ▀

Rectificação

Na edição anterior (p.28), publicámos um texto intitulado “Carta à Directora Regional de Educação do Norte”. Da autora, a sócia M^a Helena Gonçalves Subtil, recebemos um e-mail de protesto e, posteriormente, uma carta que reafirmava o seu desagrado pelo referido título, uma vez que, alegadamente, nunca pretendeu escrever à directora regional, mas sim à ex-dirigente do SPN e companheira de lutas sindicais. Assumimos que a responsabilidade do título é, naturalmente, da Redacção da «SPN-Informação». Pelo que apresentamos as nossas desculpas à autora, à visada e aos leitores.

O Conselho de Redacção

Fenprof nas comemorações do Dia do Professor de Moçambique

No período de uma semana, iniciado a 5 de Outubro (Dia Mundial do Professor) e concluído a 12 (Dia Nacional do Professor Moçambicano) realizou-se na cidade de Maputo um ciclo de comemorações alusivas a essas datas e que, este ano, coincidiam com as bodas de prata da Organização Nacional de Professores, Sindicato Nacional dos Professores de Moçambique.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) foi convidada para estas comemorações, tendo estado representada por Abel Macedo, membro do Secretariado Nacional e Secretário Coordenador da CPLP-Sindical de Educação – estrutura sindical para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Para além de um programa diversificado, que incluía iniciativas do foro cultural, debates, convívio e visitas a escolas – com destaque para a Escola do Magistério Primário de Manhiça, a cerca de 80 km de Maputo –, as comemorações tiveram o seu momento alto no dia 12, Dia do Professor Moçambicano, numa sessão solene que contou com a presença do Presidente da República, Armando Guebuza, e do ministro da Educação de Moçambique.

Nesta sessão foram atribuídos prémios a destacados professores oriundos das várias províncias moçambicanas, professores com muitos anos de serviço e cuja experiência serve de motivação para os mais jovens.

Estiveram presentes delegações sindicais da África do Sul, Suazilândia, Finlândia e Portugal. E a jornada contribuiu, uma vez mais, para estreitar as já antigas relações de amizade, cooperação e solidariedade entre a ONP-SNPM e a Fenprof, tendo-se perspectivado também formas de cooperação futura, a curto e a médio prazos, entre as duas organizações, quer no âmbito bilateral quer no âmbito da CPLP-Sindical de Educação. ▶



Rómulo de Carvalho/António Gedeão, 1906-1997

Este animal aflito

Rómulo de Carvalho foi professor, um dos melhores de nós, e mestre de muitos docentes por força do exercício das suas funções de professor metodólogo.

Rómulo de Carvalho foi também investigador, historiador e divulgador da Ciência e poeta, com o pseudónimo de António Gedeão. Licenciado em Ciências Físico-Químicas pela Universidade do Porto, exerceu a docência em vários liceus do país. A par da sua brilhante carreira como professor, dedicou-se à divulgação científica e à investigação histórica, tendo, nestas áreas, produzido um significativo número de obras de rara qualidade.

Rómulo de Carvalho faz a sua estreia literária, como poeta, sob o pseudónimo de António Gedeão, em 1956, com o livro "Movimento Perpétuo", a que se seguem "Teatro do Mundo" (1958), "Máquina de Fogo" (1961), "Linhas de Força" (1967), "Poemas Póstumos" (1983) e "Novos Poemas Póstumos" (1990). Em 1963 publicou uma peça de Teatro "RTX 78/24" e em 1965 um ensaio intitulado "O Sentimento Científico em Bocage", com que ganhou o prémio Bocage.

Na área da Ciência, são de assinalar, entre outras, as obras "História do Telefone" (1952), "História do Átomo" (1955), "História da Energia Nuclear" (1962), "A Física Experimental em Portugal no Século XVIII" (1982), "A Astronomia em Portugal no Século XVIII" (1985). São ainda de referir obras como "História da Fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa" (1959) e "História do Ensino Em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar" (1986). Os meus três netos têm cada um o seu volume, para lerem quando atingirem a idade de o fazer, da magnífica obra "As Origens de Portugal, História Contada a Uma Criança" (1998).

Paulo Sucena,

Secretário-geral da FENPROF



Na galeria dos melhores poetas

A terminar, umas brevíssimas, e por tão escassas tão injustas, palavras sobre o poeta António Gedeão que, surgido em 1956, se colocou logo, na opinião de Jorge de Sena, "entre os melhores nomes da poesia portuguesa contemporânea, pela originalidade e pela segurança artística".

António Gedeão estreou-se como poeta numa década em que Mário Cesariny de Vasconcelos publicou um livro incontornável da poesia portuguesa da segunda metade do século XX, "Pena Capital" (1957) e Herberto Helder marca a fogo o final dessa década com "Amor em Visita" (1958). Eugénio de Andrade semeia a década com três livros admiráveis: "As Palavras Interditas" (1951), "Até Amanhã" (1956) e "Coração do Dia" (1958). Sophia de Mello Breyner Andresen publica, em 1954, "no tempo dividido", onde recolhe poemas datados de 1939 a 1954. António Ramos Rosa dá à estampa "O Grito Claro" (1958) e "Viagem Através Duma Nebulosa" (1960) que o afirmam como um poeta de grande qualidade.

É neste panorama riquíssimo da poesia portuguesa que, na primeira década da segunda metade do Século XX, se estreia António Gedeão, de um modo extremamente relevante, inscrevendo o seu nome na galeria dos melhores poetas. A magnífica simbiose dos ritmos populares com a cadência dos seus heptassílabos, do classicismo com a modernidade em que espontam marcas surrealizantes e a belíssima musicalidade dos seus versos expandiram a sua poesia por todo o Portugal, nas vozes de Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, Carlos Mendes, Carlos do Carmo, entre outros.

Mas que o poeta fique por si mesmo, com o primeiro poema do seu primeiro livro:

Homem

*Inútil definir este animal aflito.
Nem palavras,
nem cinzéis,
nem acordes,
nem pincéis
são gargantas deste grito.
Universo em expansão.
Pincelada de zarcão
desde mais infinito a menos infinito.*

Um homem fora do seu tempo

“Pedra Filosofal” será, com certeza, uma das mais (re)conhecidas canções portuguesas de autor: António Gedeão (letra) e Manuel Freire (música). Na oportunidade de uma evocação do poeta, no Clube Literário do Porto, a «SPN-Informação» falou brevemente com o compositor – e actual presidente da Sociedade Portuguesa de Autores.

Quem nunca terá entoadado, ainda que em desafinados lá-lá-lás, “que o sonho comanda a vida” e “que sempre que o homem sonha, o mundo pula e avança como bola colorida entre as mãos de uma criança”?

António Baldaia

Como foi a relação do compositor com o poeta?

Durante os primeiros anos, era muito formal. Quem propiciou uma aproximação maior foi a filha, que um dia me convidou para almoçar em casa dela, e ele também lá estava. Isso repetiu-se algumas vezes, e eu comecei a conhecer o António Gedeão de outra maneira. Mas nunca foi uma relação muito próxima, de grande afecto, embora pense que nos últimos tempos ele tinha amizade por mim, como eu passei da admiração à amizade.

Ele tinha algum traço de personalidade particular?

Era alto, olhava para nós de cima para baixo, mantinha alguma distância e falava muito pausadamente. E isso intimidava um bocadinho. Praticava a arte da ironia fina com uma destreza e uma categoria enormes, deixando ao interlocutor o trabalho de reconhecer que aquilo era ironia. Nunca dava a chave de que estava dizer uma graça, e as graças eram sempre muito subtis.

A poesia dele parece ter inerente uma certa musicalidade. Pode dizer-se que foi um “escritor de canções”?

Eu costumo dizer que a música está lá, por trás das palavras. A gente só tem que encontrar a pontinha, e aquilo vem tudo. Como poucos poetas, ele tem o condão de, ao escrever, também fazer a música para aquelas palavras. É uma poesia que já tem música e que tem uma qualidade extraordinária – é extremamente clara, toda a gente entende.

Usa uma linguagem muito directa...

Os poemas dele são muito directos. E faz uma simbiose da linguagem científica com a linguagem poética de uma maneira que nunca ninguém fez neste país. Fabuloso! “Lágrima de Preta” é um poema anti-racista, para mais escrito na altura da guerra em África. E o Gedeão vem com aqueles versos lindíssimos, na linguagem das ciências, dizer-nos tão simplesmente que as pessoas são todas iguais. Ele tinha essa capacidade, esse génio. E, na minha opinião, tinha a dimensão de homem do renascimento, que viveu fora do seu tempo; de homem que fazia de tudo e escrevia sobre tudo – há um texto teatral, a “Breve História da Lua”, que é uma história deliciosa para crianças e que devia ser obrigatória nas escolas.

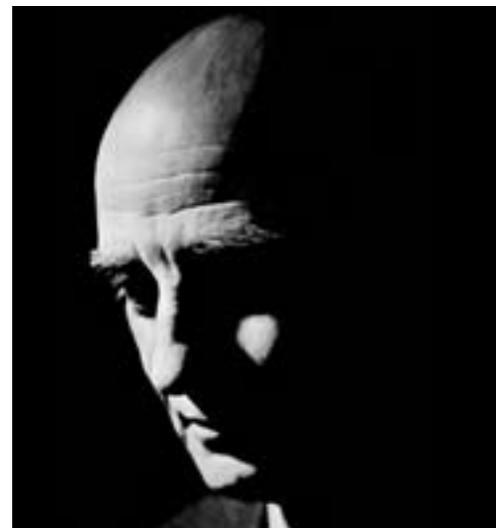
O nome e a voz de Manuel Freire estão indissociavelmente ligados à “Pedra Filosofal”. Ela é a pedra angular da carreira do compositor/intérprete?

Eu não diria isso. Diria é que foi a pedra do conhecimento, que me tornou conhecido. Mas nem sequer é a música que eu ache que foi a mais trabalhada. Nem a melhor, do meu ponto de vista. Agora, houve ali um casamento perfeito, que calhou, entre a música que fiz e aquelas palavras. Mas a perenidade da “Pedra Filosofal”, que foi cantada pela primeira vez em 1969...

Terá a ver com a marca do sonho?

Aquele texto é eterno. Eu, quando vou às escolas, explico o que é isso da pedra filosofal. E depois lembro que todas as coisas que fazem parte do nosso quotidiano foram sonhadas antes, e que só existem porque alguém construiu esse sonho. Isto acaba por ser uma mensagem intemporal – dizer às pessoas que a felicidade se conquista pela construção dos sonhos, e que todos podemos fazer alguma coisa para que os sonhos se tornem reais. ▀

Ana Alvim



Um ser humano uno

Frederico Carvalho

Investigador do Instituto Tecnológico e Nuclear, Frederico Carvalho integra, como Paulo Sucena e Manuel Freire, a comissão organizadora das comemorações do centenário de Rómulo de Carvalho. Mas tem uma particularidade – é filho do homenageado. Nessa qualidade, aceitou responder por e-mail a três perguntas que a «SPN-Infomação» lhe enviou.

O cidadão Frederico de Carvalho sente-se mais filho do cientista, do professor ou do poeta?

Esta é uma questão que pode surgir ao espírito com alguma naturalidade quando se conhece a figura pública de Rómulo de Carvalho, a diversidade dos seus interesses e paixões, a amplitude e o alcance da sua obra nos vários campos a que se dedicou e em que se notabilizou. A pessoa de Rómulo de Carvalho, contudo, o homem que aparecia aos olhos dos seus próximos, e que de algum modo, ainda que incompletamente, se lhes revelava, e se revelava a mim, seu filho, pelo gesto, pela palavra e, talvez, antes de tudo o mais, pelo exemplo, era na sua complexidade interior, um ser humano uno, entidade indivisível.

O cidadão Frederico de Carvalho sente-se mais filho do investigador, do professor ou do poeta? Eis, com o devido respeito, uma pergunta sem sentido e, nessa medida, irrespondível. O cidadão Frederico de Carvalho é filho de um ser único que continha em si as sementes de uma aptidão multiforme e a capacidade de gerar os frutos correspondentes, com invulgar persistência, rigor exemplar e uma inabalável honestidade intelectual. É desse homem que o cidadão Frederico de Carvalho se sente filho e é dele que guarda a memória preciosa.



De que modo o seu pai influenciou, ou não, a sua opção por uma carreira científica?

Creio poder dizer que os interesses intelectuais que acabariam por me levar a optar pelo caminho que depois percorri sem hesitação se definiram cedo, ainda nos anos da escola primária. Estou seguro que meu pai influenciou marcadamente essa escolha, dando sentido e estímulo a predisposições interiores que naturalmente existiam. Sabiamente, sem qualquer imposição, soube transmitir o seu amor à Natureza, estimular e apoiar a busca da compreensão do mundo natural, da “inteligência das coisas” do seu “Poema para Galileu”. Por que são as coisas assim e não de outro modo? A pergunta e a inquirição – o esforço para encontrar respostas com total independência de espírito. A interiorização do método científico, como instrumento privilegiado de aplicação universal para a compreensão do mundo, no sentido em que transcende o campo limitado em que tantas vezes se encerram ou se deixa encerrar as ciências. Sabiamente e sem qualquer imposição, criou, diria, informalmente, condições que me permitiram uma apaixonante iniciação à ciência experimental num pequeno recanto de um quarto da casa onde morávamos – um segundo andar na avenida Luís Bivar, em Lisboa, ou na “marquise” das traseiras da casa – manipulações de química, construção de um pequeno forno, experiências de óptica e outras coisas mais.

O que podemos esperar da edição das memórias de Rómulo de Carvalho, no próximo ano?

As memórias de Rómulo de Carvalho são a narrativa apaixonante de quase um século de vida e, simultaneamente, uma obra literária de grande valor. Nelas se encontra retratada, por vezes em imagens de alta resolução, a vida quotidiana na nossa terra, a evolução da sociedade, das coisas materiais aos comportamentos, num período que vai da implantação da Primeira República à última década do século passado, em que factos e situações são apresentados e comentados com isenção exemplar.

É, ao mesmo tempo, um notável repositório de uma experiência de vida pessoal e profissional ao longo de quase um século em que transparecem sentimentos, motivações e a personalidade íntima do autor. ▶

Nota: Estas respostas foram escritas para inserção na revista «SPN-Infomação».

Qualquer outra utilização carece de autorização escrita do autor.

Fotógrafos da Magnum no Europarque

Visionarium acolhe mostra sobre alterações climáticas

NorteSulEsteOeste – Uma Visão a 360° das Alterações Climáticas é o tema de uma exposição constituída por um conjunto de fotografias que, para além da exibição dos efeitos das alterações climáticas, enfatizam algumas das políticas e respostas físicas que estão a obter êxito na redução das emissões de carbono.

O objectivo é aumentar o conhecimento do público sobre as alterações climáticas globais, ilustrando os desafios que o mundo enfrenta e que resultam da actividade humana.

O projecto foi desenvolvido por entidades como o British Council e o Climate Group e contou com o apoio da Agência Magnum, através da participação de alguns dos seus fotógrafos: Alex Majoli, Alex Webb, Bruce Gilden, Chien-Chi Chang, Chris Steele-Perkins, Constantine Manos, Donovan Wylie, Harry Gruyaert, Ian Berry e Nikos Economopoulos.

NorteSulEsteOeste consubstancia 10 questões sobre o clima e, para melhor captar a atenção do público, a opção de registo fotográfico recaiu em diferentes territórios: África do Sul (desenvolvimento), China (alimentação), EUA (economia), Gronelândia (ambiente físico), Ilhas Marshall (direitos humanos), Índia (saúde), Japão (tecnologia), México (vida urbana), Quênia (ambiente natural) e Reino Unido/Alemanha/Nova Iorque (liderança).

Paralelamente, para cada eixo temático, uma personalidade de renome mundial foi convidada a pronunciar-se – Kofi Annan, Leonardo DiCaprio, Sir Arthur C. Clarke e Tony Blair, estão entre os que deixaram o seu testemunho.

NorteSulEsteOeste

04/Novembro até final de Dezembro

Segunda a Sexta-feira: 9h-18h

Sábado e Domingo: 14h-20h

Feriados: 10h-20h

Visionarium

Centro de Ciência do Europarque

Santa Maria da Feira

Telefone: 256 370 644

Fax: 256 370 614



Ian Berry / Magnum Photos



Alex Webb / Magnum Photos



Chris Steel / Magnum Photos



Nikos Economopoulos / Magnum Photos



Campanha de Natal "Lugar ao Sol"

No âmbito de um protocolo estabelecido com o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), a operadora turística Lugar ao Sol está a desenvolver uma promoção de Natal pela qual, na compra de um talonário – conjunto de 7 noites de estadia para duas pessoas (50€), a utilizar em mais de 140 hotéis do continente e ilhas –, oferece aos sócios do SPN um talonário-bónus, também de 7 noites.

A contrapartida devida por cada utilizador da promoção é a realização de determinados consumos mínimos diários obrigatórios (normalmente um pequeno-almoço e outra refeição) na unidade hoteleira que seleccionar através do guia fornecido com o talonário.

Válido por um ano após a data da sua compra, o talonário é transmissível, podendo ser utilizado por terceiros. Não é obrigatória a estadia das 7 noites na mesma unidade.

Adesão/informações

apoioaocliente@lugaraosol.pt

218 483 203 / 919 803 610

965 635 000



Prémio Literário Juvenil Correntes d'Escritas:

De 7 a 10 de Fevereiro do próximo ano, vai decorrer na Póvoa de Varzim o VIII Correntes d'Escritas – Encontro de Escritores de Expressão Ibérica, durante o qual será entregue o habitual Prémio Literário Juvenil, a que podem candidatar-se jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

O prazo de entrega dos trabalhos (dois poemas com tema livre por autor) termina a 30 de Novembro, devendo ser enviados para o seguinte endereço: Prémio Literário Correntes d'Escritas, C.M. Póvoa de Varzim, Praça do Almada, 4490-438 Póvoa de Varzim.

Por cada trabalho, o concorrente deverá enviar, dentro de envelope devidamente fechado, fotocópia do bilhete de identidade, indicação de morada, número de telefone e e-mail e estabelecimento de ensino que frequenta, se for caso disso. No exterior do envelope, o concorrente deve escrever o seu nome, morada e pseudónimo.

Os interessados podem consultar o sítio www.cm-pvarzim.pt ou contactar directamente a entidade organizadora.

Pelouro da Cultura

C.M. da Póvoa de Varzim

telefone: 252 298 500

fax: 252 611 882).

Por que não brincar com coisas sérias?

Já anda na estrada há uns bons tempos, e consta que tem registado sucesso junto do público estudantil.

“Deixemos o sexo em paz”, dos inalienáveis Dário Fo e Franca Rame, é um espectáculo em tom de comédia e, garante a produção, com qualidade didáctica e ajustável ao programa de Educação Sexual.

Tudo começa com uma conferencista (a actriz Maria Paulos) a dirigir-se ao público numa pequena intervenção sobre pequenos factos do dia-a-dia e temas tão pertinentes como “A minha relação com o outro sexo”, “A menstruação”, “A virgindade”, “A primeira experiência sexual”, “O orgasmo”, “A impotência”, “Os rapazes e as suas inseguranças”, “Os pais e o sexo”, etc.



Trata-se, portanto, de um divertido monólogo, que aborda alguns assuntos sérios que permanecem tabu, particularmente para adolescentes à procura de respostas para mistérios mais íntimos.

Classificado para maiores de 12 anos, “Deixemos o sexo em paz” chama a atenção para a importância de uma sexualidade bem vivida, por gente bem informada sobre os riscos existentes, e para uma atitude de liberdade que não exclua a responsabilidade nem o esclarecimento.

Obra de um teatro de qualidade, e simultaneamente comercial, esteve em cena em Itália durante 5 anos, interpretado por Franca Rame (uma das maiores actrizes do teatro italiano).

A companhia Teatro Maria Paulos aceita deslocações a escolas, teatros, auditórios, bibliotecas e outros espaços de todo o país, durante o ano lectivo 2006/2007.

Teatro Maria Paulos

Telefone: 213 466 006; Fax: 213 464 312; e-mail: mariapaulos@sapo.pt

Éticas e estéticas

Há dias descobri a Associação Portuguesa de Aconselhamento Ético e Filosófico (APAEF). E, em tempo de “crise estatutária”, chamou-me a atenção um *Parecer Ético Sobre as Propostas de Revisão do ECD* que a associação há-de ter feito chegar à Av. 5 de Outubro.

Por curiosidade, tratei de obter uma cópia do documento (uma dúzia de páginas, metade das quais preambulares...), que, logo de início, reza assim: “venho por este meio, na qualidade de Presidente da APAEF, reconhecer e enaltecer a sua determinação na gestão do Ministério superiormente dirigido por Vós. Considero igualmente fundamental o rigor, a exigência e a sua visão estratégica no processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente”.

Ligeiramente atordoado pelo esturro de tal deferência *ética*, tentei continuar: “ao estarmos lá num Sábado, demonstramos o nosso interesse pelas questões éticas na Revisão (...); mas estivemos também a demonstrar que o queríamos fazer, no escrupuloso cumprimento do Decreto-Lei que se avizinha, ou seja, sem prejudicar o serviço lectivo que nos foi atribuído pelas Direcções Executivas dos Estabelecimentos de Ensino onde leccionamos”. E já não li mais.

Ético, não sei se o parecer o é. Estético é que não é...

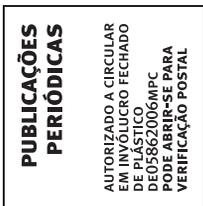
Na Andaluzia, a *Consejería* de Educação (ministério regional) considera, tal como por cá, que é necessário valorizar mais os professores e aumentar a sua auto-estima.

Lá como cá, a Educação anda ao colo de uma mulher. E Cándida Martínez, a *ministra*, considera que o professorado é o elemento central do sistema educativo – tal como bem apregoa a sua homóloga de cá. Dependendo dos ventos mediáticos, é certo...

Por isso, em Outubro, tal como cá, o ministério andaluz decidiu inundar a imprensa, a rádio e a televisão com anúncios pagos.

A questão é que, tal como cá, o professorado andaluz sabe ler. E leu, e ouviu: *Obrigado professores, sem vocês não seria possível!* – que é o lema de uma campanha com que a Andaluzia decidiu agradecer aos docentes o trabalho que todos os dias realizam nas escolas.

Desconheço se Cándida tem a estética de Lurdes. Mas parece-me mais ética... ▶ **A.B.**



nesta edição

- a abrir
02. **Ser professor: os tempos estão difíceis, mas...**
- editorial
03. **Faz-se o caminho ao andar**
- acção sindical
- Depois da Marcha de 5 de Outubro, em que participaram mais de 25 mil educadores e professores, e da greve nacional, com cerca de 80% de adesão e conseqüente encerramento de centenas de estabelecimentos, a luta não vai parar. A Fenprof e a plataforma de sindicatos não vão baixar os braços.*
04. **ECD: a luta ainda agora começou**
06. **Greve: os dados da DREN e a opinião do SPN**
07. **1ºCEB: o importante é a continuidade pedagógica**
08. **Rankings: a lenta sedimentação de uma prática?**
- crónica
09. **Unidos contra a teimosia da Água Salgada**
- aniversário spn
10. **24 anos com a força e a vontade dos professores do Norte**
- destaque
12. **Educação vs neoliberalismo**
A onda neoliberal que varre a generalidade dos países aparece aos olhos de muitos como uma fatalidade – temos que nos adaptar a ela, porque é impossível fazer-lhe frente. Mas, afinal, o sentido não é único; há outras formas de encarar os desafios com que a sociedade se confronta. Para as descobrir, há que identificar com clareza os objectivos que a globalização neoliberal persegue.
13. **A educação está armadilhada**
14. **Entrevista com Licínio Lima**
- diversos
24. **Consultório jurídico; índice de legislação; agenda sindical**
- opinião
25. **A sensibilidade ficava-lhe tão bem!**
- internacional
26. **Fenprof nas comemorações do Dia do Professor de Moçambique**
- em foco
- No mês em que se comemora o centenário do nascimento de Rómulo de Carvalho/António Gedeão (24 de Novembro de 1906), a «SPN-Informação» evoca alguns aspectos da vida e obra do cientista, professor e poeta.*
27. **Este animal aflito**
28. **Um homem fora do seu tempo**
29. **Um ser humano uno**
- apostas spn
30. **Visionarium acolhe mostra sobre alterações climáticas**
- a fechar
31. **Éticas e estéticas**

spni
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXI - II Série - N.º 9
Novembro 2006 - 2 euros
spninfo@spn.pt